

Paulo Tormenta Pinto



paulotormenta@domitianus.com

Rua da Esperança nº87, 1º
1200 - 675 Lisboa

Paulo Tormenta Pinto (Lisboa, 1970) é arquitecto pela Universidade Lusíada de Lisboa em 1993. Realizou o mestrado "La Cultura de Metropolis", pela Universidade Politécnica da Catalunha em 1996, com a dissertação "A forma de mirar a Arquitectura Moderna", com orientação de Ignasi Solà Morales. Doutorou-se em Arquitectura pela Universidade Politécnica da Catalunha, em 2004, com a tese "Arquitectura e Artificio – Cassiano Branco (1897-1979)," com orientação de António Piza e Joaquim Braizinha. Iniciou a actividade de docente na Universidade Lusíada de Lisboa onde leccionou como Assistente e Professor Auxiliar entre 1997 e 2006, tendo sido professor da área disciplinar de projecto desde 1997, até o ultimo ano em que leccionou a Unidade Curricular de Projecto III. Desde Setembro de 2006, é Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE, tendo exercido o cargo de Presidente desse Departamento entre 2007 e 2010. Em 2015, apresentou com distinção a sua prova de agregação no ISCTE.

Os trabalhos desenvolvidos com os alunos finalistas têm sido alvo de reconhecimento público, nomeadamente através de publicações em revistas da especialidade e distinções das quais se destacam: dois Prémios Secil Universidades na edição de 2008, um Prémio Secil Universidades na edição de 2009, um Prémio Secil Universidades 2010, oito nomeações para o Prémio da Universidades da 2ª Trienal de Arquitectura de Lisboa de 2010, Menção Honrosa do Prémio Secil 2011 e o Prémio Archiprix Portugal 2014.

Neste momento é coordenador do programa de doutoramento "Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos", que se encontra na 4ª edição. É director do Centro de Investigação em Arquitectura Áreas Metropolitanas (CIAAM) e membro elegível do DINÂMIA/CET-IUL. Dirige a revista científica "Passagens", associada ao programa doutoral e editada pela Caleidoscópio.

Como Investigador, coordena actualmente no DINÂMIA/CET-IUL a investigação "The Site of the Discourse", financiada pela FCT (PTDC/CPC-HAT/4894/2012), sendo igualmente investigador no projecto "Housing for the Major Number – Lisbon, Luanda, Macau", igualmente com financiamento da FCT (PTDC/ATP-AQI/3707/2012).

Profissionalmente, Paulo Tormenta Pinto, possui atelier próprio em Lisboa desde 1994, tornando-se sócio da empresa Domitianus-Arquitectura Lda, em 2005.

Foi arquitecto do Departamento de Construção de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa entre 1994 e 2000. O seu trabalho foi várias vezes distinguido, tendo recebido: o Prémio IHRU 2012 para a reabilitação do espaço público do Bairro do Lagarteiro (7,7ha), Porto; Menção Honrosa IHRU 2012 para a reabilitação da casa da Rua Humberto de Sousa - 42, Montijo; Habitar Portugal, edição 2009-2011 com a Reabilitação das Capelas Mortuárias da Igreja de Santos-o-Velho, Lisboa; e o Prémio INH-2002 para o conjunto de 91 fogos e equipamentos no Calhariz de Benfica em Lisboa.

Texto:
Isabel Santos



Estratégias Pedagógicas e Profissionais

para aquilo que a arquitectura poderá vir a ser nos próximos tempos.



Entrevista com Paulo Tormenta Pinto Conduzida por Rodrigo Ollero

RO: O caso do Paulo Tormenta Pinto é um caso paradigmático, de alguém que fez cá o seu percurso académico, que subiu os degraus todos, licenciatura e posteriormente o doutoramento na Universidade Politécnica da Catalunha, já como docente da Área Científica de Projecto.

Algum tempo depois segue a sua vida académica no ISCTE. Soube agora, com grande satisfação que concluí a sua prova de Agregação, o que realmente é um patamar que muitos dos colegas da Lusíada ainda não o fizeram, por várias razões, nomeadamente porque não se terem dado ao trabalho de o fazer. De modo que, esta entrevista vai ser uma conversa que tem um guião com os temas que lhe mostrei, mas que o PTP está completamente à vontade para sair deste contexto e dizer aquilo que bem

entender.

A primeira questão tem a ver com a sua experiência, primeiro na Lusíada e depois no ISCTE e dado o distanciamento que já tem, como é que olha para a nossa Universidade e como explica que, sendo ela uma universidade privada, acabou por ser aquela que produziu, durante mais de duas décadas, a maior quantidade de licenciados em arquitectura. Encontra alguma razão especial para isso?

PTP: Antes de mais queria naturalmente agradecer o convite, que recebi com muita satisfação. Embora já não esteja directamente ligado à UL desde 2007, sinto-a como uma casa à qual pertenço. Foi aqui que me licenciiei e foi aqui que iniciei os primeiros passos como docente e, por isso, tenho muito gosto em ter es-

tado ligado a esta casa e de ter pertencido ao seu corpo docente. Mantenho amizade com muitos colegas e relações com muitos alunos que tive oportunidade de acompanhar.

Indo directamente á questão: a UL durante cerca de duas décadas, teve de facto esse protagonismo na formação de arquitectos, mas acho que provavelmente o mais importante daquilo que se passa hoje é o legado que a UL foi construindo. E digo isto porque há uma quantidade enorme de pessoas que passaram por cá e que hoje têm oportunidade de exercerem a sua profissão segundo uma ética que lhes foi transmitida no período de formação.

É neste sentido que, a importância da UL e dos seus licenciados continua a fazer sentir-se junto da comunidade e da sociedade em geral, onde muitos deles ocupam cargos de grande responsabilidade e outros alcançaram um grande reconhecimento no contexto da arquitectura, quer sejam integrados em empresas com bastante afirmação no plano nacional e internacional, quer seja em estruturas mais pequenas com expressão do ponto de vista cultural.

Há ainda pessoas que têm exercido a sua actividade, em áreas tangentes á arquitectura, como a gestão, ou outras áreas culturais - a fotografia, etc. Outros ainda que se afirmaram do ponto de vista académico.

Portanto considero que a marca Lusíada acaba por acompanhar todas estas pessoas, porque está, digamos, impressa no seu ADN de formação. Existe por isso um património que a UL tem e que é de extrema importância.

Houve um momento em que existiu uma oportunidade muito real e muito concreta que fez com que a UL se apresentasse

no PN como uma alternativa credível no contexto do Ensino Superior, designadamente na década de 80. É o momento inicial onde a UL surge com uma novidade, com uma frescura, com uma atitude de grande afirmação no Plano Nacional, iniciando um novo percurso em que a oportunidade lançada pela UL é paralela à própria afirmação do país num contexto democrático e de integração na União Europeia.

É o momento em que surgem novas oportunidades de construção, de desenvolvimento urbano e territorial, onde surgem muitos projectos e toda uma reinfraestruturação do país, no contexto nacional, que tem de ser feita. A UL assume essa grande responsabilidade de formar novos quadros para poderem acompanhar as dinâmicas que eram exigidas, nesse período. Formaram-se na UL muitas das pessoas que tiveram oportunidade de trabalhar ao abrigo da construção de novos conjuntos habitacionais, de novos equipamentos, etc. Considero, obviamente, que as questões que têm a ver com o país no estado actual, são necessariamente outras e penso que, tanto para a UL como para outras Universidades, é importante o período que vivemos, como um momento para repensar novas estratégias, quer sejam, novas estratégias pedagógicas, quer sejam novas estratégias para aquilo que a profissão e a arquitectura poderá vir a ser para os próximos tempos.

RO: O que acabou de dizer liga-se com aquilo que tinha pensado perguntar-lhe em seguida e que era justamente a necessidade de repensar a formação do Arquitecto numa perspectiva de futuro imediato, tendo em conta a alteração que tem vindo a acontecer, quer de um



ponto de vista tecnológico - nomeadamente no campo digital que tem vindo a assessorar todo este desenvolvimento – quer do ponto de vista do planeamento territorial e urbano. Enfim, até ao detalhe e à incursão noutras áreas disciplinares. Considero que estamos numa era crucial e, por isso, gostava de ouvir a sua opinião, sobre este modelo, onde se aponta a necessidade de uma reformulação que tenha em conta todas estas questões.

PTP: De facto, parti dessa opinião ao referir à pouco que no contexto das três décadas que se seguiram à integração de Portugal na UE e de todo o fluxo de construção e de desenvolvimento que o país sofreu nessa altura e que faz de certa maneira surgir uma necessidade conversão, de algum modo compatível com as exigências que temos hoje. Actualmente, lidamos com problemas que são muito diferentes daqueles que tínhamos há vinte, trinta anos atrás: temos questões que têm a ver, já não com o crescimento demográfico, mas com uma retracção a esse nível.

Temos diante de nós problemas que têm a ver com a própria necessidade de consolidar ou de reabilitar, muito mais do que construir de novo, e portanto isso faz com que estejamos, por oposição, numa espécie de momento de refundação do próprio país em termos de expansão urbana, um momento distinto de reavaliação do que fizemos, ou seja, coloca-se hoje a questão, de como podem existir no tecido construído, oportunidades de idealização de novas territorialidades.

RO: Desculpe de o interromper, mas focando mais os aspectos da estrutura do ensino, o Processo de Bolonha, foi uma questão quente e muito importante.

PTP: Iria tocar nesse aspecto e também nas questões tecnológicas. Penso que tendo este quadro diante de nós, a posição do arquitecto volta a revelar-se de grande importância: não propriamente nos mesmos moldes de que falava á pouco, mas dentro de determinadas áreas onde a sua própria formação pode ser muito relevante para intervenções com o carácter que referia.

Desde logo, há uma importância muitíssimo grande na compreensão e na descodificação dos próprios territórios, ou seja, se nós falávamos no passado a propósito de modelos de crescimento relacionados com a própria arquitectura, em alguns momentos relacionada com sistemas que pudessem ser reproduzidos e que pudessem permitir a sua multiplicação no território. Hoje estamos diante de uma compreensão do próprio território e das suas características, portanto considero que a posição do arquitecto, com a sua capacidade de leitura, de interpretação, de descodificação dos sítios, se posiciona com relevância no actual contexto e, deste modo, dentro de um quadro interventivo.

Penso que os arquitectos conseguem lidar com múltiplos factores e aqui entra a importância de uma associação entre o fazer e a própria investigação que tem de estar relacionada com a percepção de uma acção interventiva.

É um pouco neste quadro que o Processo de Bolonha nos vem dar oportunidades para reinterpretar esta actividade e fazer com que ela possa ser mais abrangente, ultrapassando a sua dimensão profissionalizante, ao reforçá-la em torno de uma área que pode ser paralela, a da investigação. Deste modo, as intervenções são hoje provavelmente menos visíveis, mas mais exigentes, ou

seja, serão intervenções com menor dimensão, mas ao mesmo tempo mais profundas do ponto de vista de um conjunto de factores que envolvem o reconhecimento dos territórios e dos sítios onde as necessidades são colocadas.

E também é aqui, que de certo modo, entra o problema das tecnologias que falava á pouco, que para mim são obviamente instrumentos, são ferramentas que nos podem auxiliar na mediação, na compreensão, da própria acção, mesmo nos aspectos inerentes aquilo que envolve a fabricação digital. Isto é, são ferramentas que nos permitem actuar na multiplicidade dos casos que nos podem surgir. Ao necessitarmos de construir uma peça específica, não dependemos um molde que permita que esta seja reproduzida inúmeras vezes, pois podemos fazê-la para um sítio específico e com o rigor necessário que os meios digitais nos permitem.

Porém, há questões que, como dizia há pouco, que são absolutamente fundamentais e que têm a ver com o nível de decisão e este está cada vez mais relacionado com uma capacidade de harmonizar as intervenções com a da cultura dos lugares e do território, onde este está inserido. A esse nível, a formação da sensibilidade do arquitecto para a intervenção é talvez mais exigente do que num passado recente, onde os meios digitais e as ferramentas tecnológicas não eram tão aperfeiçoados, embora provavelmente os níveis de decisão pudessem ser eventualmente mais amplos.

De facto actuava-se em territórios menos contaminados por processos de sedimentação. Portanto, quer seja com intervenções que se processem nos

centros históricos das cidades, quer mesmo na própria periferia, o processo de reabilitação e de regeneração dos tecidos urbanos exige uma capacidade de interacção que ultrapassa a dimensão física, estendendo-se à própria participação social.

Isto é, a compreensão dos fenómenos que levaram determinados territórios a apresentarem-se como são hoje em dia, exige uma particular sensibilidade dos intervenientes e dos agentes, o que faz com que a actividade profissional se alargue para áreas que podem não ser só as áreas técnicas do próprio projecto, mas que tenham a ver com questões que envolvem uma mediação com outros factores que não são propriamente endógenos á disciplina.

RO: Ainda em relação ao Processo de Bolonha que tem sido como sabe muito mal tratado por alguns ilustres personagens, este conduziu o ensino da arquitectura a um ajustamento particular, isto é, os tais três anos previstos para o 1º ciclo, continuam-se com mais dois no 2º ciclo sem "quebra de continuação" – os mesmos cinco anos de outrora. Portanto, aquele modelo que estava delineado com o objectivo de a partir do terceiro ano profissional (1º ciclo) se poder seguir para atingir um nível de desenvolvimento sobretudo mais teórico, foi alterado, para fazer um bloco único, o Mestrado Integrado. Seguindo-se mais três anos para o doutoramento.

De facto o Processo de Bolonha assentava muito nos três anos iniciais que eram orientados para uma via mais profissional. Ora acontece que no caso da arquitectura, como refere, isso não foi possível, pois a Ordem, e não só, opuseram-se a isso bem como a comunidade



profissional de um modo geral. Mas, ligada a esta questão, coloca-se uma outra, de que também falou, que é a necessidade de abertura que a arquitectura começa a sentir de fazer, como em tempos já o fez, isto é, no princípio séc. XX, onde houve efectivamente um momento em que os arquitectos acabavam por tocar numa série de áreas, desde o planeamento territorial até ao próprio objecto, assim como a execução de peças no domínio das artes plásticas propriamente ditas.

Neste aspecto, tive oportunidade de ver uma aproximação ao que acabo de dizer, em Delft onde se pratica uma coisa interessante no quadro da estrutura de Bolonha, ao haver um curso neste domínio, onde nos três primeiros anos se juntam os aspectos relacionados com a arquitectura, com o planeamento, com o desenho urbano, com o paisagismo, com o design e com multimédia: há, portanto, uma formação propedêutica nos primeiros três anos e depois a seguir há mais dois anos de mestrado, que permitem uma primeira especialização e posteriormente, no último ciclo, já se desenvolve trabalho na perspectiva do doutoramento (durante 3 anos).

Então, a questão que lhe ponho, é esta: a realidade com que nós somos hoje confrontados na "arquitectura" resolve, como disse, uma série de problemas que já não são aqueles que outrora eram restritos desta disciplina e portanto, considera-se necessário criar essa possibilidade de haver também uma "transversalidade" em termos de formação disciplinar, de maneira a que esta não se restrinja só a aspectos ligados à pratica profissional.

PTP: Quando olhamos para o Processo de Bolonha, podemos hoje perceber que

um estudante quando conclui a sua formação em arquitectura, se lhe colocam três caminhos possíveis.

Ao contrário do que acontecia no passado, quando se efectivamente se formavam pessoas, para virem a ocupar actividades ligadas ao projecto. Portanto, tudo o que era fora do domínio do projecto, ou da própria avaliação de projectos, refiro-me aos arquitectos ligados às Camaras, ou gestão urbana, etc., não era contemplado. Era assim, dentro destes domínios muito específicos, muito relacionados com os actos próprios da profissão, tal como são designados pela Ordem dos Arquitectos, que se orientava a formação dos estudantes.

Penso que hoje, com o Processo de Bolonha, abrem-se como referi três vias possíveis: integrarem-se num centro de investigação e trabalham no domínio da investigação e da pesquisa; continuam a sua formação para um programa de terceiro ciclo e ficam ligados à própria academia; ou saírem do sistema universitário e integrarem o sistema profissional. É assim que neste contexto a própria Ordem dos Arquitectos, ao abrigo de práticas que são internacionais, vem exigir um estágio profissional, que pretende fazer com que os novos arquitectos se relacionem durante um ano com um escritório de arquitectura, a consolidar as suas capacidades no âmbito da própria profissão.

No período em que vivemos, a academia, por muitos esforços que faça, acaba sempre por apresentar-se limitada naquilo que pode fazer para a formação de um arquitecto. Contudo, esse ano de estágio é importante para consolidar a tal formação profissional, apesar de ser eventualmente escasso para formar verdadeiramente um arquitecto com ca-

pacidade para actuar profissionalmente. Do ponto de vista institucional, os caminhos acabam por clarificar-se com o Processo de Bolonha e com o próprio posicionamento da área científica de arquitectura no contexto do ensino universitário. O Processo de Bolonha não nos traz um ensino politécnico, reforça porém a ideia de um ensino universitário. Pessoalmente, revejo-me naquilo que são os desafios lançados. Isto é, na necessidade da própria formação ir gerando conhecimento para que os alunos, que sejam envolvidos num modelo em que eles próprios sejam os agentes que contribuem para gerar conhecimento. Deste modo, eles são como envolvidos dentro de um processo, que não é só de aprendizagem, mas numa formação mútua: aprender por um lado e por outro sedimentar ou inovar, pesquisando e apresentando matérias renovadas que possam alimentar a própria academia e a própria sensibilidade da sociedade em torno destes domínios.

RO: Devo dizer-lhe que esta é também a minha perspectiva, na medida em que essa formação complementar que só se poderá fazer nos centros de investigação, sobretudo para aqueles que quiserem seguir essa via.

Assim, sem ter que recorrer a “ateliers”, podem-se fazer estágios, com o acompanhamento da própria academia e nesse sentido chegar-se à situação destes estudantes estarem a aprender, e simultaneamente a gerar conhecimento, não obstante não estarem ainda completamente direccionados na via plena da investigação.

PTP: De facto há aqui questões que são tangentes, como referiu, mas no entanto

há toda uma dinâmica da OA, do ponto de vista institucional, relacionada com a área do próprio projecto. Aliás, uma espécie de separação que continua mesmo hoje a ser muito defendida por alguns, numa divisão entre o domínio profissional - que a OA define como actos próprios da profissão - e as questões académicas.

Embora haja obviamente aspectos que são tangentes e questões que se passam dentro dos centros de investigação e que podem ser também considerados como os actos próprios da profissão.

Todavia, aquilo de que também percebemos hoje é que mesmo do ponto de vista das expectativas de muitos estudantes, estes interessam-se por fazer a sua formação no campo disciplinar da arquitectura, sem a ambição, ou mesmo sem a expectativa, de poderem vir a exercer uma actividade no contexto da arquitectura enquanto profissionais. Portanto, hoje em dia esta é uma situação que começa a ser cada vez mais

natural, pois há muitas pessoas que ao terminarem recorrem a bolsas de estudo e iniciam todo um trabalho que não tem propriamente a ver com as dinâmicas de submissão de projectos nas câmaras, do seu licenciamento, da obra, etc., que são domínios obviamente que exigem uma continuidade de trabalho e de uma continuidade do investimento específico dos arquitectos e que é muito exigente.

Assim, há sempre a possibilidade de nos dois domínios poder coabitar-se ao longo do tempo. Presentemente, por exemplo, na instituição académica à qual estou ligado é muito comum, virem alunos no âmbito da sociologia, ou da antropologia, frequentar as áreas da oferta de formação na perspectiva da arquitectura. Isto, porque querem perceber questões



que envolvem a cidade, que envolvem território e, querem conjugar o seu conhecimento, com aquilo que se passa em arquitectura.

O Processo de Bolonha acaba por dar cobertura a estes mesmos alunos que podem obter um grau de Mestre ou de Doutor predominantemente na área de arquitectura, sem que a sua formação de base nos primeiros três anos, como referiu mais propedêuticos, possa ter sido feita também na área da arquitectura.

O inverso também é muito comum, ou seja, pessoas que fazem a sua formação de base em arquitectura e quando progredem do ponto de vista académico distanciam-se da área da arquitectura e que vão fazer programas de segundo ou terceiro ciclo, em domínios de um tema agora muito actual, que são os estudos urbanos, que é também uma matéria no domínio da sociologia. Há muitos arquitectos a frequentarem esses cursos e portanto, isto faz com que haja uma diluição dos domínios disciplinares. Portanto há muitas fronteiras que se diluirão, ao contrário daquilo que existia no passado em que as profissões eram muitos mais circunscritas.

Por exemplo na UL, que é uma universidade de estudos multidisciplinares, que nos oferece uma quantidade de áreas científicas, para além da arquitectura, como por exemplo no domínio da psicologia, da história, do direito, em fim, acaba por fazer com que exista a possibilidade de haver um intercâmbio disciplinar entre as várias áreas de conhecimento que aqui acontecem.

RO: Eu acompanhei a sua reflexão sobre essas questões e da movimentação das fronteiras e como é que isso se reflecte já a níveis de formação no ter-

ceiro ciclo. Mas a questão que se deve começar a por ao nível do primeiro ciclo, vem no sentido de tentar fazer, como disse, com que, pela existência de várias formações, Multimédia, Design, Arquitectura, etc., se poderem criar pontos de contacto, nomeadamente através das chamadas cadeiras opcionais, que hoje já existem em todos os outros cursos de arquitectura e que curiosamente o nosso não tem, o que considero ser uma grande lacuna.

PTP: Mas isso não tem a ver com o processo de Bolonha, porque o processo de Bolonha não limita essas questões...

RO: Eu não estou a dizer que a responsabilidade seja do Processo de Bolonha, o plano de estudo é que não considerou estas cadeiras opcionais. Mas independentemente disso, o que me parece fundamental era mesmo que ao nível do primeiro ciclo, que se tivessem aí a oportunidade de cruzar esse conhecimento de que temos estado a falar.

Porque a experiência da vida diz-me que estes profissionais que estamos a formar podem, de facto, a partir de certa altura sentirem a sua vocação a desenvolver-se melhor noutras áreas. É por isso, que refiro muitas vezes a "transversalidade", de modo a que estes jovens profissionais se possam vir a encaminhar para outras áreas disciplinares. E esta formação pode vir a dar-se, quer no segundo ciclo, quer no terceiro ciclo, mas isso também pode acontecer, como presenciei em Delft, mesmo no primeiro ciclo.

Neste sentido, acha que deve deixar-se em "aberto" o campo da formação, de forma a poder conduzi-lo a uma reestruturação aberta. Qual é a sua opinião

sobre este assunto?

PTP: Seguindo um pouco esse raciocínio e tomando as palavras que agora proferiu, penso que esta questão que nós percebemos hoje, é de certo modo o mesmo que podemos encontrar nas primeiras décadas do séc. XX como disse. De facto, hoje há questões que são comuns e, há também a importância da pessoa em si, da capacidade do próprio arquitecto actuar e isso faz dele, uma pessoa mais interessante em determinados domínios, do que propriamente aquele em que os seus “pergaminhos” foram formatados.

Mas gostava de retomar aqui um pouco um tema que tem a ver com esta dicotomia entre o primeiro e segundo ciclo. Do meu ponto de vista, considero que o primeiro ciclo deve ser bastante relacionado com a área disciplinar dominante e vejo esta fusão multidisciplinar a funcionar muito mais ao nível dos segundos e terceiros ciclos, do que no primeiro ciclo. Isto porque considero que podemos, de facto, juntar pessoas oriundas da arquitectura, da sociologia, da história e outras áreas, com uma formação de base ao nível de ferramentas e dos instrumentos de representação próprios de cada uma destas áreas e que possam encontrar nos domínios da investigação estas tangências. Isto tem um pouco a ver com a ideia de cidadania que pode estar associada à própria formação académica. Aquilo que os arquitectos podem contribuir num contexto alargado com os outros agentes, tem a ver com uma certa capacidade e percepção de representação própria da sua área disciplinar. Muito provavelmente estes três anos iniciais permitiriam uma incidência em questões que tem a ver

com o desenho, com a capacidade de compreensão do espaço, com questões que são basilares à própria formação de um arquitecto.

Entretanto, vejo muito a entrada no segundo ciclo e no terceiro, num outro contexto, pois nos outros países a ideia do mestrado integrado, como nós aplicamos aqui insistentemente em Portugal, não ocorre. Por exemplo, em Itália e no caso da Holanda, podemos ter o mestrado integrado para formar o arquitecto, mas também podemos ter o arquitecto formado em dois momentos: num primeiro ciclo e num mestrado que tenha a área científica da arquitectura como dominante, mas que possa ser configurada num registo multidisciplinar, integrando outros agentes, ou saindo fora da própria matriz do mestrado integrando, que é a matriz mais típica da formação de um arquitecto.

Com este enquadramento, penso que uma formação de base forte no domínio da arquitectura fará com que os estudantes tenham uma compreensão do espaço, do desenho, enfim de todos estes instrumentos e que de repente quando colocados numa plataforma mais multidisciplinar, possam afirmar aquilo que têm de mais específico, mais especializado.

Por isso, considero importante um debate alargado com agentes provenientes de áreas disciplinares que dominem as ferramentas analíticas e ferramentas de projecto de cada uma destas áreas. Ou seja, dentro daquilo que falamos no início da entrevista, em que há temas que são comuns a todas as áreas, podendo pensar-se num tema que é recorrente, por exemplo, o tema da emigração, e reflectir se este pode pertencer ou não à arquitectura.



Tradicionalmente o tema da emigração é analisado nos domínios da sociologia, mas poderá também ser visto nos domínios da arquitectura, ou seja, o tema é genérico, e pode ser analisado por outras áreas disciplinares. No domínio da arquitectura posso tentar entender de que modo é que a integração de pessoas oriundas de outros contextos, vão exercer influência no território da minha cidade e de que maneira a cidade tem de ser revista, ou vai sendo alterada, ou vai sofrendo mutações, de acordo com a integração dessas mesmas pessoas. E às tantas, o foco analítico para o qual um arquitecto é chamado a fazer sobre um tema genérico como este, acaba por ser também um foco específico da sua área disciplinar, percepcionando as mutações do território, as alterações do espaço, a identidade da própria cidade. Temos assim um tema que tradicionalmente poderia não ser visto no domínio da arquitectura mas, que no contexto actual os arquitectos podem ter efectivamente que dar uma palavra fundamental para compreender estas alterações que as cidades exigem e que a globalização coloca. Isto obviamente, faz com que, a percepção e o diálogo multidisciplinar possa fazer que os domínios de representação da arquitectura possam ser uteis, quando colocados ao serviço daquilo que a poderíamos chamar um exercício de uma cidadania do próprio arquitecto no contexto do território, com as suas próprias ferramentas de representação, ajudando a descodificar determinadas áreas que outros domínios científicos teriam limitações para o fazer. Se analisarmos o tema como o da emigração somente do domínio da sociologia, este fica limitado, porque não se conseguem perceber as mutações

espaciais do território que provavelmente podem advir de fenómenos como este que assistimos hoje face à globalização.

RO: Eu estou de acordo consigo e é evidente que é uma boutade dizer-se que hoje tudo tem a ver com tudo, mas nesse sentido que nós estamos a dizer não o é, porque na realidade o próprio exercício de uma actividade disciplinar como o da regeneração urbana, acaba por manipular todos esses “ingredientes”. Por outro lado, é evidente que isto tem a ver com a reformulação de uma série de questões e aí passamos para um outro problema, que também está ligado à regeneração na sua situação mais extrema de que é o da renovação urbana, pois pode haver casos de regeneração que conduzam directamente à renovação urbana.

PTP: Aliás, é muito importante ter esta percepção de que a reabilitação, ou melhor a regeneração urbana, é um processo integrado, ou seja, não podemos pensar que determinado tecido que esteja decadente, poderá ressurgir simplesmente por uma reparação do edificado.

Este processo tem de ser visto como um sistema integrado de desenvolvimento, onde entram factores que não são somente factores relacionados com a reabilitação do edificado ou das infra-estruturas.

Estes processos têm de ser vistos numa plataforma mais abrangente, envolvendo a própria população e percebendo como é que se podem introduzir focos de desenvolvimento, também como factores de emprego.

Enfim, com condições do ponto de vista social, que permitam que a reabilitação possa surgir de um modo integrado. Nós

temos a verdadeira consciência que em determinados momentos se procederam a investimentos de reabilitação que somente foram focalizados no edificado e que passados alguns anos as fachadas voltaram a ter a mesmas anomalias. Verdadeiramente não existiu uma transformação tal como se pretendia e, obviamente, não podemos num contexto como este circunscrever a própria capacidade discursiva de diálogo, de debate, de intervenção dos arquitectos, a uma área específica deste processo, quando, por definição, a formação de um arquitecto - desde os livros do Vitruvius, que podemos perceber isso - é uma área de grande abrangência: é uma área humanista, em que o domínio específico da intervenção arquitectónica, tem uma preponderância que nos serve também para perceber outras áreas que são aqui tangentes. Acho que neste domínio há que também alertar os estudantes de arquitectura para que neste contexto possam, num fórum mais alargado de intervenções no território, ter capacidade de afirmação e através dela encontrar bases para poderem intervir e exercer aquilo que poderíamos chamar a sua cidadania, enquanto agentes fundamentais do processo.

RO: Há aí aspectos também que passam para um outro tema, que tem a ver com a própria identidade da população com a qual se está a lidar e depois, a um nível mais geral, a própria identidade nacional.

Mas agora eu gostaria de voltar a colocar uma questão que tem a ver com a circunstância de o Paulo Tormenta Pinto estar agora numa instituição académica pública e ter estado numa outra que é

privada.

E assim pergunto-lhe, se pensa que há ou pode haver uma conjugação, isto é, uma relação mais próxima de complementaridade, de integração destes dois sistemas de ensino - um que é promovido pelo estado e outro que é promovido pelo sector privado - e se pensa que há apetências e condições para que essa complementaridade se possa fazer, nomeadamente ao nível dos centros de investigação?

PTP: Esta questão é muito importante porque toca várias áreas e há uma fundamental que tem a ver com o próprio financiamento do ensino superior. Todas as instituições têm as suas dificuldades, mas a reposição de alguns níveis do ponto de vista financeiro vêm hoje muito pela capacidade que estas possam ter para angariar novos projectos de investigação.

Portanto, aquilo que a tónica de Bolonha também nos trás, é uma reformulação do ensino superior, que é um problema, não só académico, mas também uma matéria do ponto de vista do financiamento das instituições. Neste contexto, é muito importante para a afirmação de qualquer instituição de ensino superior a capacidade que tem para ser competitiva na angariação de novos projectos de investigação que, por sua vez, possam gerar conhecimento novo e que posteriormente tenham a capacidade para ser atractivas para os próprios estudantes. Eu diria que hoje, estas questões são absolutamente fundamentais e não sei se poderá dizer-se, que continuará a haver uma separação entre o público e o privado, como eventualmente poderia ter existido no passado, pois essa dicotomia, tem a ver com o que cada uma das



instituições está a fazer que as possa tornar mais relevantes e mais atractivas à integração de novos estudantes.

Obviamente que temos no ensino superior um compromisso, que é muito diferenciado daquilo que acontece, por exemplo, no ensino secundário, que é um ensino matricial formulado a partir de manuais que são legitimados pelo ministério, pela própria tutela, onde há uma espécie de diapasão comum, entre a matéria que se dá em todas escolas, desde o Algarve até ao Minho.

A diversidade do ensino superior está relacionada com a capacidade que determinadas instituições têm, de abordar áreas do conhecimento que estão naturalmente associadas à capacidade de angariação dos projectos de investigação. A importância da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia - no contexto nacional não é única, dado termos ao nível da União Europeia a possibilidade de orientar esforços para a angariação de projectos mais complexos e de maior dimensão, que possibilitem inclusivamente promover sinergias de cooperação com outras instituições do ponto de vista internacional.

Temos ainda, tanto no Plano Nacional como no plano Internacional o próprio tecido empresarial. Por isso a relevância de montar uma estrutura que permita não só gerar conhecimento, mas também e simultaneamente consiga angariar fundos, pois estas duas questões estão intimamente relacionadas, indo posteriormente exercer influência no próprio ensino, designadamente ao nível do segundo e terceiro ciclo, ao abrigo do Processo de Bolonha.

Acrescentaria ainda que nesta lógica, os estudantes podem ser agentes fundamentais deste processo, dado que

esta dinâmica deve ter a capacidade de renovação, da própria estrutura universitária de acordo com as várias áreas onde se investiga, na procura de promover oportunidades e discursos sempre renovados em conformidade com a procura. Neste sentido acho que é aqui que se joga verdadeiramente a capacidade da uma instituição se afirmar: ser detentora de determinadas matérias, conseguir congregar informação específica sobre certos temas e com isto conseguir ser atractiva para os estudantes que se venham a interessar pelos assuntos com os quais a universidade está a lidar em determinado momento.

Cada vez menos se pode falar num ensino da arquitectura como se este existisse numa caixa fechada, sem considerar que agora se exige uma grande flexibilidade neste campo.

Para concluir este ponto, creio que ao nível orgânico das próprias instituições, os centros de investigação deviam assumir um protagonismo muito mais forte do que aquilo que eventualmente exercem neste momento.

Contudo, se atendermos ao que se passou no passado recente, podemos compreender que este caminho está neste momento a ser trilhado, pois tendo havido instituições do ensino superior que não tinham centros de investigação, presentemente passaram a existir em todas as instituições do sector, afirmando-se actualmente como núcleos fundamentais para o próprio financiamento das mesmas.

Portanto, considero que é a partir dos centros de investigação, das demandas que lhes são inerentes e aos agentes que esses centros são capazes de criar, podendo tanto estar a ser mais circunscritos a uma área disciplinar,

como serem ser plataformas onde se podem encontrar vários agentes oriundos de várias áreas, com capacidades de intervenção para descodificar certas áreas do conhecimento. Isto é, fazer com que a partir destes núcleos possam existir novos produtos de ensino: novos cursos, com novos programas do 2º ciclo, e 3º ciclo.

Enfim, que possam surgir a partir deste processo, para o qual temos de estar atentos e ter a capacidade de o gerir de uma forma crítica - com comissões científicas que sejam fortes e credíveis, pois é aqui o epicentro das universidades, a partir do qual se pode fazer a afirmação destas junto da sociedade, de modo a promover esta renovação do conhecimento.

Existe aqui um binómio que está associado, quer a economia, quer à própria gestão do ensino superior. Todavia este já tem vindo a sofrer algumas renovações a partir da entrada no Processo de Bolonha e hoje em dia ainda estamos a tentar perceber quais é que são os contornos dessa profundíssima alteração a todos os níveis: do ponto de vista da percepção do próprio ensino superior, da mentalidade que lhe está subjacente, na alteração da orgânica das próprias instituições, da alteração do ponto de vista do financiamento e consequentemente da implicação quem tem ao nível de uma profundíssima alteração pedagógica.

RO: Não há dúvida que focou em aspectos que são indiscutíveis e que também para mim são ponto assente: é a questão dos centros de investigação terem um papel muito mais importante do que aquele que tem vindo a ter. Isto no sentido do que disse referindo-se ao Processo de Bolonha, porque este foi

feito no sentido de criar uma dinâmica de investigação e de aquisição de conhecimento e depois de fazer com que a formação siga este caminho. Os centros de investigação têm efectivamente essa capacidade de que falou, portanto a sua proximidade na influência e formatação nos modelos de formação disciplinar, deve ser tida como fundamental.

PTP: No passado conseguíamos perceber as diferenças entre as universidades pela proeminência do seu corpo docente. Sabia-mos que em determinada universidade se encontrava um professor que era um especialista numa determinada matéria e existia uma percepção externa de que a presença dessa personalidade podia contaminar o próprio ensino.

Aquilo que temos hoje é uma situação semelhante, mas feita de uma forma mais abrangente, mais democrática. Por exemplo, uma das coisas que os professores de arquitectura - e o professor Rodrigo Ollero também seguramente é sensível a esta matéria - percebiam, ano após ano, é que o que ficava depois de lançarmos os exercícios de projecto para um determinado sítio.

Recordo-me muito bem de um exercício que fiz aqui com os alunos na Universidade Lusíada para a zona da Ajuda em que estivemos um ano inteiro a trabalhar sobre este sítio: produziram-se maquetas enormíssimas, realizaram-se propostas de intervenção, que envolveram todos os alunos e dada a configuração que o próprio ensino tinha, isso serviu-nos tão somente para avaliar e ensinar uma determinada fornada de alunos que estiveram ligados ao curso durante aquele período.

De repente, este trabalho todo tornou-se



inconsequente, acabou o ano, os alunos levaram as maquetes, os desenhos e não houve nenhuma reverberação daquilo que poderia existir com o trabalho que os alunos fizeram.

No meu ponto de vista, faço minha mea culpa, pois também partilhava de certo modo uma percepção distinta daquela que julgo ter neste momento. Efectivamente, o trabalho feito com um enquadramento diferenciado poderia ser um momento inicial para lançar a base de um determinado projecto, ou poderia ser obviamente uma intervenção integrada em alguma coisa que já estivesse a decorrer e as conclusões a que os alunos chegam, fossem ajudar a clarificar um processo em curso.

Isto é, a tal ligação de dar consequência ao trabalho que os alunos desenvolvem, não perdendo o trabalho árduo que desenvolveram em cada um dos anos, de modo a que isso possa ser matéria que alimente o conhecimento e o posicionamento da própria instituição. Naturalmente que esta perspectiva acaba por dar uma tônica fundamental no âmbito da organização, designadamente da orgânica da escola.

Creio que esta matéria é a parte dominante do processo que hoje estamos atravessar e vejo também que no contexto do ISCTE a questão é exactamente a mesma: debate-se muito fortemente a importância dos centros no contexto do Processo de Bolonha e o protagonismo que estes vieram a atingir e a serem vistos como núcleos de grande oportunidade, enquanto no passado isso não acontecia, não era tao visível este entendimento.

RO: Julgo que há que tirar consequências do que acabou de referir. Mas tam-

bém me pareceu que não ficava excluído daquilo que disse a criação de um outro relacionamento entre escolas públicas e as privadas, de forma a dar corpo a uma aproximação entre elas para se trabalhar num domínio comum, quer entre docentes, quer com os próprios alunos. Este assunto creio que está em aberto e pode ser uma via a explorar no sentido do que se tem vindo a dizer.

PTP: Sem dúvida porque, por exemplo, quando se lança uma candidatura a um projecto para a Ciência e Tecnologia, ele não necessita de ser circunscrito a uma única instituição, devendo congregar especialistas, podendo resultar daí parcerias com outras instituições. E aqui, não há obviamente fronteiras entre público e privado, há de facto uma questão fundamental que é perceber se os intervenientes têm ou não têm desenvolvido trabalho, se têm ou não têm publicado, se têm ou não têm registado o seu trabalho nos domínios em que o projecto é apresentado. Voltaria a colocar muito mais a tônica na importância dos agentes, do que nas instituições. Quer dizer, não é tanto a instituição, mas a credibilidade do trabalho que lá é feito e da credibilidade dos investigadores e dos professores que a elas estão associados. Acresce também o caso da importância do projecto e o grau de legitimação da própria equipa com ele relacionado.

RO: A nossa conversa já vai longa, mas eu não queria acabar sem tocar num ponto que é também sensível neste contexto, por ser o seu tema central deste número da Percursos FAA, que é a sua experiência no domínio da habitação. Assim, ia-lhe colocar duas questões: por



Planta de Requalificação
do Bairro do Lagarteiro,
Porto

um lado em que medida é que sua experiência profissional se veio refletir na sua vida académica, para daí tirar relações na prática do ensino; por outro, numa visão já mais de pormenor, no caso da habitação, como é que, estas alterações a que estamos a assistir na estrutura dos núcleos familiares, etc, se reflectem na evolução da própria habitação?

PTP: Curiosamente também me coloco essa questão, porque tenho estado por razões diversas relacionado com a habitação, designadamente a habitação social e, portanto, tive um trabalho relativamente intenso no período do Plano Especial de Realojamento. Mais recentemente, tive também ligado à iniciativa Bairros Críticos, que foi aquele programa piloto lançado ainda no âmbito do anterior Governo. Neste momento tenho estado ligado a um bairro no Porto, o Bairro

do Lagarteiro, que foi um dos projectos-piloto que estavam inseridos dentro da iniciativa Bairros Críticos. Esta ligação à habitação e aos projectos daí decorrentes, tem sido para mim importante para clarificar algumas das questões que aqui foram hoje tratadas. Desde logo, uma grande dicotomia, entre o modo como são lançados, refiro-me tanto ao Plano Especial de Realojamento, como à iniciativa Bairros Críticos.

O Plano Especial de Realojamento foi muito mais massivo na questão da intervenção arquitectónica: Isto é, uma espécie de convicção de que o projecto arquitectónico, a construção dos edifícios, pudessem ser redutores de uma integração social.

A iniciativa dos Bairros Críticos está em oposição, em relação ao processo anterior, pois neste caso são previamente congregados todos os agentes locais, os



vários Ministérios, uma equipa multidisciplinar muito abrangente onde também entra a arquitectura - mas inserida justamente dentro daquilo que falávamos há pouco – integrado, num processo de desenvolvimento urbano e social muito mais abrangente que não se verificava tanto no período no Plano Especial de Realojamento.

No P.E.R. existiram coisas que vejo como pontos muito positivos: o tratamento dos espaços públicos e a qualidade das próprias construções. Talvez as maiores lacunas tenham a ver com questões relacionadas com o desenvolvimento das comunidades, o próprio desenvolvimento social, que é uma das coisas que neste projecto dos Bairros Críticos, se

procurou colmatar. É portanto, pela oportunidade do trabalho próximo com as comunidades, juntamente com outros agentes, num debate intenso com as autarquias e com outras instituições, que faz com que se tenha vindo a construir esta percepção duma arquitectura com uma vertente mais alargada, como temos vindo a falar.

Isto é, com uma exigência sempre colocada, quer seja para o debate em relação às soluções, quer seja numa percepção de que o projecto está integrado num processo mais abrangente que tem a ver, não só com a transformação física do território, mas também com a transformação social que com ele se pretende, como se tem vindo a verificar e no Bairro



Vista de uma das praças do Bairro do Lagarteiro, Porto



do Lagarteiro, no Porto.

Portanto, os aspectos fundamentais que têm de ser analisados são precisamente: o nível de desemprego, que atingia cerca de 17% da população residente; o nível de escolaridade baixo; uma população com nível etário relativamente baixo o que se tornava neste campo uma mais-valia para o próprio desenvolvimento social.

O Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), teve a capacidade de montar, desde logo um projecto integrado, com um gabinete local, que acompanhou a população, que a preparou para a mudança e que desenvolveu trabalho com as várias faixas etárias, procurando lançar uma intervenção física, que fosse já suportada por uma “entourage” mais alargada. Deste modo, penso que aquilo que se tem vindo a passar concretamente neste caso é o espelho do que em outras matérias se exige ao nível das intervenções, ou seja uma grande capacidade de percepção e uma sensibilidade para questões sociais, um diálogo constante com os outros agentes e instituições envolvidas.

Por último, tem que se dar uma importância muito forte na compreensão da actuação do projecto de arquitectura, existindo para o efeito níveis de precisão muitíssimo grandes, porque a intervenção, apesar de resultar de uma leitura complexa do conjunto, é necessariamente uma intervenção correctiva que se faz nas porosidades daquele território. Ou seja, a capacidade de transformação que temos do ponto de vista físico, acaba por ocorrer, não da grande operação, como ocorria com o PER - ou do PIMP, o programa anterior – mas no bairro do Lagarteiro, temos uma realidade já existente e os níveis de intervenção são por isso mais cirúrgicos.

É um pouco nestas “porosidades” do território urbano que temos de encontrar a capacidade da mudança e isso exige da arquitectura uma precisão no projecto que é muito interessante e muito estimulante, configurando também, de certa maneira, uma oportunidade para se reflectir sobre os próprios projectos, sobre a própria actividade do arquitecto: é importante o detalhe de uma janela; é importante o modo como uma caixa

Pormenor da re-qualificação de uma das ruas do Bairro do Lagarteiro, Porto



Vista panorâmica
do Bairro do
Lagarteiro



de escadas está aberta e a população reclama que tem de ser fechada; como é que este fechamento se vai realizar; como é que se consegue articular a colocação de um caixilho num sítio que às vezes é exíguo relativamente ao que não estava preparado para o efeito. Às tantas, estou no domínio de uma escala 1:10, 1:1, a trabalhar em problemas muito precisos que terão depois influência no todo. Acho que é um trabalho interessante e estimulante e que, do meu ponto de vista, acaba por ajudar a clarificar um conjunto de outras questões relacionadas, não só com a academia, mas também com a própria profissão.

RO: Quero agradecer-lhe mais uma vez a sua disponibilidade, dizendo-lhe que considero que foram tratados aqui uma série de assuntos que pela sua oportunidade e interesse poderiam vir a ser

desenvolvidos em palestras e em conferências, porque abordam realmente questões extremamente estimulantes para o próprio futuro e consequentemente para o ensino da arquitectura que gostaríamos que fosse evoluindo e crescendo neste sentido. Quem sabe, se um dia destes não nos dará o prazer de vir cá fazer uma conferência sobre um tema com este enquadramento que pudesse estimular os nossos estudantes a orientarem-se e aprofundarem mais conscientemente a sua formação disciplinar no 2º ou 3º ciclo.

PTP: Queria agradecer, uma vez mais, esta oportunidade e o prazer de ter estado na Universidade Lusíada e do enorme prazer e gosto que esta entrevista me proporcionou. Muito Obrigado...

